



TERMO DE REFERÊNCIA

PMSPA / SESA
PROC. Nº 6628/22
FAG 919
RUB 015

1 - OBJETO:

1.1 Credenciamento através de Chamada Pública de empresa especializada na Prestação de Serviços no **TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES**, através de **CONSULTAS MÉDICAS** e **EXAMES DE ULTRASSONOGRRAFIA DOPPLER COLORIDO DE VASOS**, em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, discriminados nos códigos e procedimentos constantes na Tabela SUS/SIGTAP, para atender as demandas oriundas dos atendimentos gerados pela rede de saúde do município de São Pedro da Aldeia/RJ, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.1.1 O credenciamento ficará aberto pelo prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação do Edital, sem prejuízo da aprovação pela Comissão, dos interessados que se apresentarem e forem devidamente aprovados.

1.1.2 Poderão participar do credenciamento, Pessoas Jurídicas prestadoras de serviço de saúde, que atendam a todos os requisitos legais e os estabelecidos no Termo de Referência e no Edital.

1.1.3 O credenciamento não configurará relação contratual de prestação de serviços;

1.2- ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

A empresa deverá realizar o quantitativo de **consultas/mês**, além de **exames para diagnóstico** e **procedimentos necessários para o tratamento e pós tratamento**, de acordo com o quadro de estimativa mensal - Anexo I.

A contratação por número, tipo de exame e procedimentos, poderão sofrer alterações de acordo com a sazonalidade de demanda.



A composição do quantitativo referente ao exame (USG) são originários dos 500 atendimentos iniciais (consulta médica), com retorno ao atendimento clínico (consulta médica) para diagnóstico e avaliação da necessidade do tratamento (tratamento esclerosante) onde estimamos aproximadamente 50% do quantitativo dos pacientes que terão necessidade de retorno para esta nova fase.

1.3– DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS:

1.3.1 CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA.

1.3.1.1 Procedimento clínico - primeira consulta para análise completa de sua saúde e indicação dos procedimentos futuros, consultas para diagnósticos e consulta de acompanhamento pós tratamento.

1.3.2 ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER COLORIDO DE VASOS (VENOSOS, ARTERIAIS, CAROTIDAS E VERTEBRAIS)

1.3.2.1 Procedimento com finalidade diagnóstica - é o método mais integrado e preciso no diagnóstico de diversas patologias vasculares. Disponibiliza informações sobre a velocidade de determinado fluxo, e mostra a direção e a magnitude dessa velocidade, permite mapear em cores os vasos sanguíneos venoso, arterial, carótida e vertebral de uma região anatômica e torna possível a identificação de diminutos vasos que não seriam visualizados pela escala de cinza, a codificação da frequência média do fluxo é traduzida em duas cores dominantes (vermelho para as correntes que se aproximam da sonda e azul para as que se afastam), e as tonalidades diferentes representam velocidades diferentes, variação nas velocidades, as quais podem ser vistas em áreas de turbulência, pode ser representada por cores mais claras (amarelo e verde), e quanto maior a velocidade, mais clara é a tonalidade da cor. O mapeamento de fluxo a cores analisa o fluxo sanguíneo em duas dimensões e as cores determinam a sua direção dentro dos vasos, permite a investigação detalhada e não invasiva da hemodinâmica corporal, quantitativa e qualitativamente do ponto de vista morfológico (órgão e suas partes) e funcional.

1.3.2.2 Ultrassonografia dos sistema circulatório (qualquer região anatômica).

1.3.2.3 Descrição mínima do equipamento utilizado para ultrassonografia:

Equipamento capaz de monitorar e diagnosticar pulsações de difícil percepção e baixa pressão sanguínea e arteriais, com Monitores Doppler modernos de alta sensibilidade, permitindo diagnósticos importantes e a localização de vasos, com transdutor em material ABS, desconectável e com tecnologia micro processada, facilitando a troca em caso de manutenção e dispensando a calibração após a substituição. Deverá ter gabinete em material ABS de alto impacto, evitando a oxidação e deterioração. Conta com suporte lateral para o transdutor, facilitando o armazenamento e transporte do aparelho, que desliga automaticamente após 1 (um) minuto de inoperação, mantendo a última configuração de volume e tonalidade armazenados na memória. Para otimizar a eficiência do exame e priorizar os resultados, o aparelho conta ainda com filtro minimizador de interferências, saída para fone de ouvidos e gravador de som.

1.3.3 TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES (UNILATERAL).

1.3.3.1 Procedimento Clínico - consiste na utilização de agente esclerosante, químico ou físico, para tratamento não estético de varizes em um dos membros inferiores, com ou sem úlcera, como alternativa ou um procedimento adjuvante cirúrgico.

>**Escleroterapia convencional ou química:** introdução de um medicamento líquido dentro da veia, que vai gerar uma reação química fazendo-a endurecer, fibrosar e desaparecer lenta e progressivamente;

>**Escleroterapia térmica ou física:** feita pela administração de calor, seja por laser ou radiofrequência, no interior da veia provocando uma reação física que também faz a veia

desaparecer. Normalmente é utilizada e associada à escleroterapia convencional para unir uma reação química com uma reação física e intensificar os resultados.

2 - JUSTIFICATIVA:

O referido Chamamento Público para credenciamento, se faz necessário, tendo em vista, que os agravos à saúde vascular, causam diferentes repercussões na vida do sujeito e na sociedade, dando origem a problemas psicológicos, sociais, econômicos e de qualidade de vida, pois implica na perda de autoestima e restrições ocupacionais.

Para a sociedade, representa encargo oneroso e perda de força de trabalho, as varizes são extremamente comuns nas pernas dos brasileiros (a) economicamente ativos, afetando cerca de 70% da nossa população em diferentes graus. Apesar de ser tão comum, é importante entender que essas alterações vasculares podem se tornar um problema sério e trazer complicações graves para o indivíduo. A doença varicosa, seja ela de que tamanho for, não pode ser considerada apenas um problema de desarmonia das pernas. Quando não tratadas, as varizes podem desencadear, ao longo da vida, sérios problemas de saúde, sendo importante tratá-las precocemente, sempre que possível mediante o adequado estabelecimento de políticas de prevenção, diagnóstico e tratamento precoce das doenças que as determinam.

Além disso temos o crescimento da população idosa no Brasil e no nosso município, no qual os mesmos apresentam em sua maioria problemas de saúde que necessitam de cuidados especializados para o tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros INFERIORES, logo, tal realidade resta refletida em nosso Município, pois como dito, as enfermidades relacionadas à varizes se manifestam com maior incidência nos membros inferiores, o que impulsiona a Administração Pública Municipal ao presente chamamento, optando nesta oportunidade, apenas para a modalidade nele apontada, considerando que atualmente, o Município de São Pedro da Aldeia não dispõe do tratamento precoce que possibilite o acolhimento dos pacientes que necessitam de uma linha de cuidado voltado para o tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, nos quais são solicitados pelos médicos Angiologistas da rede municipal;



PMSPA / SESAU
PROC. Nº 6698/99
FAG 993
RUB 0105

Consigna-se, que de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) o número de pessoas com idade superior a 60 anos chegará a 2 bilhões de pessoas até 2050; isso representará um quinto da população mundial. (<https://jornal.usp.br/atualidades/em-2030-brasil-tera-a-quinta-populacao-mais-idosa-do-mundo>).

E, considerando que é dever do município garantir mediante a lei 8080/90 a promoção, proteção e recuperação da saúde da população, faz necessário a promoção do tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, ao usuários do Sistema Único de Saúde, não são ofertados para os usuários do SUS em nosso município, dessa forma observou-se a necessidade do referido tratamento clínico vascular não cirúrgico, para suprir a demanda, portanto, os serviços deverão ser de máxima resolutividade, com profissionais qualificados e CRM autorizado para a prática das especialidades solicitadas, mantendo assim um estilo saudável de vida da população.

Obedecendo o princípio da Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência a Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro da Aldeia/RJ busca, através do presente Chamamento Público, o credenciamento de empresa especializada na Prestação de Serviços no tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, haja vista a necessidade de ofertar aos usuários da rede SUS – Sistema Único de Saúde, o diagnóstico e o tratamento adequado, através de profissionais qualificados com o Registro no CRM – Conselho Regional de Medicina e no COREN RJ – Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro, autorizados à prática das especialidades especificadas neste Termo de Referência, mantendo assim um estilo saudável de vida da população, proporcionando maior humanização e qualidade de vida aos nossos munícipes.

3. DA TÉCNICA QUANTITATIVA

A descrição e quantidades dos procedimentos especificados neste Termo de Referência, tem como estimativa um percentual aproximado de 5% (cinco por cento) da nossa população, cuja finalidade é a prevenção e qualidade de vida daqueles pacientes que por ventura, venham



necessitar do referido tratamento, evitando consequências mais graves.

Foram estimados, que 50% dos pacientes irão necessitar dos procedimentos de Ultrassonografia e 40% do Tratamento esclerosante não estético de varizes, respectivamente. Assim, visando ter uma quantidade que atenda integralmente aos pacientes que necessitarem dos procedimentos, fora estabelecido o referido quantitativo.

Em relação ao tratamento, a estimativa não foi sua totalidade, pois existem pacientes que não chegarão a precisar do tratamento e outros que apenas o tratamento menos invasivo não atenderá devido a complexidade do caso, exigindo assim, condutas mais complexas, como cirurgias de alto risco, não contemplado na natureza deste serviço prestado.

4 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A empresa credenciada do certame na categoria de “Chamamento Público”, cujo objeto é a Prestação de Serviços através de consultas médicas, exames para diagnóstico (ultrassonografia doppler colorido) e o tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores deverá apresentar:

- Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- Certificado de inscrição e responsabilidade técnica nos conselhos regionais de fiscalização competente;
- Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES;
- Responsável técnico pelo serviço: título de especialista ou residência na área do credenciamento pretendido e certificado de responsabilidade técnica no órgão competente;
- Relação de equipamentos disponíveis, com descrição da capacidade de produção mensal dos serviços;
- Relação dos serviços e quantitativos que se propõe a realizar, de acordo com os itens constantes dos Anexos deste Chamamento Público.
- Relação dos profissionais com o respectivo horário de trabalho e indicação do CBO de cada categoria;
- Cópia do diploma de todos os profissionais envolvidos nas ações a serem executadas, e respectivo registro no órgão de classe, acompanhado de certidão de regularidade;



PMSPA / SESAU
PROC. Nº 6698/22
PAG 225
RUB QCS

- Comprovantes de especialização dos profissionais médicos: títulos de especialista emitido pela sociedade médica reconhecida ou residência médica na área de atuação.

5 – DOS CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO PARA REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

5.1 A Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro da Aldeia, através da Central de Regulação de Atendimentos e Exames, encaminhará via Sistema da Contratante, para a contratada, os pacientes agendados.

5.2 O paciente deverá constar na listagem de encaminhamento da Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro da Aldeia, o atendimento, retorno e todos os cuidados deverão ser registrados no programa do sistema da contratante (Linha de Cuidados).

5.3 A contratada deverá encaminhar através de e-mail cocaarspa@gmail.com, a abertura de agendas, contendo os nomes dos especialistas, dias de consultas, procedimentos as orientações, e preparos, para a Central de Regulação, disponibilizando no mínimo 3 dias na semana, no horário de 07:00h às 17:00h.

5.4 Pacientes extras só poderão ser atendidos com a liberação no sistema com a autorização da Coordenação da Regulação Municipal.

5.6 A contratada não poderá cobrar do paciente ou seu responsável, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados;

5.7 Atender os pacientes de forma humanizada;

5.8 Garantir a confidencialidade dos dados e informações sobre sua assistência;

5.9 Executar os serviços obedecendo às normas técnicas existentes;

5.10 Emitir laudo e imagens conclusivo ao usuário ao término do procedimento realizado;

5.11 Realizar atendimento baseado no quantitativo contratado para o período de 12 (doze) meses de acordo com a demanda;

5.12 A Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro da Aldeia será responsável pelo agendamento, autorização e avaliações, através da Central de Regulação Municipal. Não será aceito marcação do próprio usuário do serviço credenciado, junto a credenciada;



5.13. A Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro da Aldeia deverá orientar quanto ao fluxo dos serviços, monitorar e avaliar a quantidade de procedimentos mensais, respeitando os quantitativos contratados;

5.14. CONTRATADA fica responsável, tecnicamente, tanto na realização dos exames quanto na elaboração dos respectivos laudos e filmes com imagens;

5.15. É facultada a CONTRATADA a divulgação dos resultados dos exames de imagens dos pacientes via internet;

5.16. Os serviços só poderão ser executados por profissionais que possuem vínculo com a CONTRATADA, e devidamente cadastrados no CNES;

5.17. A conferência das faturas expedidas pela CONTRATADA ficará sob a responsabilidade do fiscal e/ou comissão designado;

5.18. A CONTRATADA deverá dispor de sistema para envio dos laudos em meio físico e eletrônico compatíveis com os do Município de São Pedro da Aldeia/RJ;

5.19. Os equipamentos utilizados para emissão de laudo serão de responsabilidade da CONTRATADA;

5.20. Será de responsabilidade da CONTRATADA, fornecer aos seus funcionários, responsáveis pela execução dos serviços descritos neste Termo de Referência, todos os EPI'S necessários, inclusive, àqueles preconizados pelo Ministério da Saúde para o enfrentamento da COVID-19.

5.21. Apresentar a Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro da Aldeia a fatura mensal dos serviços para o devido pagamento, como assim segue:

5.20.1 Relação nominal assinada pelos usuários que realizaram os procedimentos;



5.20.2 Relatório de atividades resumido, onde deverá conter as seguintes informações: Código do procedimento, nome do procedimento, quantitativo de procedimentos realizados, valor de cada procedimento de acordo com SIGTAP, valor total dos procedimentos realizados de acordo com SIGTAP, valor de cada procedimento pago, deverão ser enviadas para Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria, da Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro da Aldeia, por meio de ofício e via endereço eletrônico: cocaarspa@gmail.com para avaliação e controle dos procedimentos realizados.

5.21. Após, revisão técnica administrativa, realizada pela secretaria de saúde, será solicitado ao prestador à emissão da Nota Fiscal;

5.22. O valor global do contrato será fixado pelo período de 12 (doze) meses. O valor base mensal poderá sofrer variações em função das consultas implicar em procedimentos com valores distintos, já que poderá existir variações de acordo com os procedimentos pertinentes ou não em cada mês.

5.23. Os serviços deverão ser prestados por no mínimo 1 (um) médico vascular com registro no CRM para a realização das consultas e procedimentos e no mínimo 1(um) técnico habilitado;

5.24. Será de responsabilidade exclusiva da contratada, a contratação, a operacionalização, o provimento e os custos de mão de obra e de TODOS os insumos (material de expediente, médico e limpeza e higiene), bem como àqueles relacionados à desinfecção e esterilização dos materiais necessários a realização dos procedimentos, objeto deste termo de referência, conforme critérios de segurança estabelecidos pela legislação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e demais legislações que couber, inclusive a Municipal;

5.25. A secretaria municipal de saúde de São Pedro da Aldeia deverá orientar quanto ao fluxo dos serviços, monitorar e avaliar a quantidade de procedimentos mensais;

5.26. Os serviços serão executados pela CONTRATADA, **sob sua total responsabilidade**, com equipamentos médicos próprios, insumos, toda a mão de obra especializada e administrativa, necessária para a prestação dos serviços, nos termos dos itens 5 e 10, obrigando-se a manter durante a execução do objeto contratado, todas condições de credenciamento elencadas no item 9, com objetivo de proporcionar aos munícipes um ótimo atendimento;

5.27. A contratante irá disponibilizar local com espaço físico em condições adequadas, com refrigeração (ar condicionado), onde no ambiente conterà:

- a) Área exclusiva ou compartilhada para recepção, sala de espera e banheiros;
- b) Sala para consultório (01 sala);
- c) Sala para instalar os aparelhos de ultrassonografia;
- d) Sala mobiliada para marcação dos procedimentos, que servirá como apoio administrativo e estoque. Contemplarão nesta sala, armários com chave, mesa e cadeiras para atendimento.

5.27.1. O espaço físico descrito no item anterior será fornecido àquela credenciada que atender todos os critérios descritos no presente termo e que ofertar maior capacidade de atendimento aos pacientes da rede municipal, maior quantitativo de médicos especialistas e equipamentos, maior disponibilidade de tempo e agendamento de pacientes e atendimento de pronto atendimento de urgência e emergência, quando se fizer necessário, sem prévio agendamento.

5.27.2. A CONTRATADA NÃO poderá utilizar o imóvel supra para qualquer outra atividade que não seja àquela definida neste Termo de Referência. Não sendo possível também a sublocação.

5.27.3. A CONTRATANTE irá se responsabilizar pelo pagamento mensal com as despesas de água, energia elétrica e internet do imóvel, destinado a prestação dos serviços deste Termo de Referência;

5.27.4. A Contratada que ocupar o imóvel descrito neste item, lhe será destinado o teto equivalente a 80% (oitenta por cento) do montante estimado para a presente contratação, estando as demais empresas credenciadas, obrigadas a atenderem em sua respectiva sede, as demandas que lhe forem direcionadas, observado o teto proporcional a cada uma destas, até o limite restante para alcançar o total dos 100% (cem por cento) do montante estimado para a presente contratação.

5.27.5. Caso não haja a necessidade de contratação de mais de uma empresa, àquela que ocupará o imóvel disponibilizado pela Administração, terá o seu teto equivalente a 100% do montante estimado.

6 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Os recursos necessários à realização do certame correrão por conta da dotação orçamentária conforme abaixo:



Manutenção de Atenção Especializada:

Programa de Trabalho: 10.302.056.2.416

Elemento de Despesa: 33.90.36.00

7 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O prazo de vigência do contrato será de 12 (meses), e terá o início a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, observadas as hipóteses previstas na forma da Lei nº. 8.666/93.

8 – RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

8.1 A fiscalização da contratação caberá a um servidor designado pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo substituído, em caso de ausência ou impedimento, por outro servidor lotado na mesma secretaria.

8.2 O gerenciamento da contratação decorrente do edital caberá ao servidor especialmente designado da Secretaria de Saúde de São Pedro da Aldeia, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

9 - DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA O CREDENCIAMENTO

9.1 - Os pedidos de credenciamento deverão ser apresentados juntamente com a seguinte documentação:

9.1.1 – PESSOA JURÍDICA:

9.1.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual ou microempreendedor individual; ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração consolidada devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou inscrição do ato



constitutivo; no caso de sociedades civis acompanhado de prova de diretoria em exercício, com o ramo de atividades compatíveis com o objeto deste edital; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização de funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim exigir;

9.1.1.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

9.1.1.3 Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

9.1.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.1.1.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

9.1.1.6 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

9.1.1.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, CNDT, emitida através do site: www.tst.jus.br/certidao;

9.1.1.8 Certidão de Responsabilidade Técnica, emitida pelo Conselho Regional de Medicina – CRM;

10 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 A CONTRATADA deverá realizar os atendimentos/procedimentos somente quando indicados pela Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro da Aldeia, agendados pelo Sistema de Regulação Municipal;



10.2 A cobrança de qualquer valor excedente dos pacientes ou de seus responsáveis acarretará na imediata rescisão do contrato e sujeição à Declaração de Inidoneidade e responsabilização Cível e Criminal;

10.3 A CONTRATADA deverá assumir integral responsabilidade pelo pagamento dos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e outros que decorram dos compromissos assumidos neste contrato, não se obrigando o CONTRATANTE a fazer-lhe restituições ou reembolso de qualquer valor despendido com estes pagamentos;

10.4 A CONTRATADA para a prestação dos serviços de Saúde Vascular, deverá ter para o médico responsável e técnico habilitado, registrado no Conselho Regional de Medicina, profissional legalmente habilitado para substituí-los.

10.5 A CONTRATADA deverá entrar em contato com os pacientes se houver qualquer mudança no agendamento.

10.6 A CONTRATADA deverá apresentar atestado de capacidade técnica referente ao objeto, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a capacidade do proponente em prestar serviços compatíveis em especificação, quantidade e prazos, conforme objeto deste Termo de Referência;

10.7 O responsável técnico e seu substituto devem possuir Título de Especialista pela Sociedade Científica da área afim, bem como, Registro de Qualificação de Especialista emitido pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro; médico vascular e seu substituto deverão possuir registro no C.R.M.

10.8 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

10.9 Assumir inteira responsabilidade pelos serviços prestados ora contratados e efetuá-los de acordo com as especificações do Termo de Referência;



- 10.10 Assumir as despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o Contrato; ✓
- 10.11 Atender prontamente quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do Contrato; ✓
- 10.12 Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência; ✓
- 10.13 Disponibilizar quantitativo de profissionais em número compatível, de forma que os serviços sejam realizados de forma ágil, evitando o acúmulo de demanda; ✓
- 10.14 Responder pelos danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, independente da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo dessa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante; Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, desde que praticada por seus técnicos durante a execução do serviço, ainda que nas dependências do CONTRATANTE; ✓
- 10.15 Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários; ✓
- 10.16 Credenciar, por escrito, junto ao CONTRATANTE, preposto idôneo, com poderes de decisão para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, durante o período de vigência do contrato; ✓
- 10.17 Acatar as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas; ✓
- 10.18 Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do Contrato, sem prévia autorização do CONTRATANTE; ✓



10.19 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas, por intermédio do preposto designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação;

10.20 Responsabilizar-se pelo fornecimento e manutenção de equipamentos médicos, TODOS os insumos e materiais, necessários à prestação dos serviços, quando da realização das consultas e/ou procedimentos nas dependências disponibilizadas pela contratante;

10.21 Nos casos de problemas ou pane nos equipamentos médicos, que venham a impedir a realização de exames e/ou procedimentos, a CONTRATADA terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a substituição do (s) equipamento (s);

10.22. Deverá prestar os serviços descritos neste Termo de Referência, no mínimo 03 (TRÊS) dias por semana das 08h às 17h, exceto, sábado, domingo e feriados. E nos casos de URGÊNCIA e/ou EMERGÊNCIA, o atendimento será prestado de forma preferencial no próximo dia útil, desde que o paciente seja regulado pela Central da SESAU, não havendo se falar em fila de espera;

10.23. A CONTRATADA deverá realizar os atendimentos baseados no quantitativo contratado para o período de 12 (doze) meses de acordo com a demanda.

10.24. A CONTRATADA deverá apresentar a Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro da Aldeia, a fatura mensal dos serviços realizados para o devido pagamento, como assim segue:

10.24.1. Realizar faturamento dos procedimentos de acordo com o Sistema de gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS;

10.25 Disponibilizar, no local onde executar os serviços objeto do presente:

a) Redes WIFI

b) Linha de telefone fixo (01 linha)

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



11.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por servidor permanentemente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº.8.666/93;

11.2 Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto do Contrato, quando necessário;

11.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela CONTRATADA com relação ao objeto do contrato;

11.4 Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do serviço;

11.5 Notificar por escrito à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

11.6 Aplicar as penalidades cabíveis no caso de descumprimento do contrato, garantindo a prévia defesa.

11.7 Efetuar o pagamento dos serviços prestados dentro do prazo estipulado, após a revisão administrativa do setor competente.

11.8 Comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades observadas na execução do serviço contratado.

11.9 A Secretaria de Saúde se reserva ao direito de realizar visitas técnicas de acordo com a necessidade.

12 – COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E REAJUSTES DE PREÇO:

12.1 A composição dos custos será composta pelo valor do tratamento e procedimento, conforme tabela SUS e Composição de Custos – Anexo II.



12.2 Os preços poderão ser reajustados anualmente, quando couberem e somente serão permitidos aos termos da legislação vigente e de acordo com os valores praticados na “Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS”, sendo que os reajustes aplicados aos procedimentos constantes na referida Tabela, obedecerão às determinações do Ministério da Saúde.

13 – DO RECEBIMENTO:

13.1 DO PRAZO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO:

13.1.1 Será definido o prazo para início da execução do objeto a partir da data de emissão da Ordem de início com recebimento provisório em até 15 dias da comunicação da contratada, nos moldes do art. 73, inciso I, alínea “a” da Lei nº.8.666/93

14 – DO PRAZO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO:

14.1. O recebimento definitivo ocorrerá após decurso do período de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto as cláusulas contratuais, observado o disposto no art. 69 da lei nº 8.666/93, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes nos moldes do art. 73, inciso I, alínea “b”, da Lei nº.8.666/93. O prazo que se refere este artigo será fixado em 15 dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificado e previsto no edital.

15 – DAS SANÇÕES

15.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado pela SESAÚ, garantida a prévia defesa, aplicar-se-á à licitante vencedora, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa sobre o valor do contrato e/ou empenho, no caso de Registro de Preços, por atrasos injustificados ou negligência na entrega dos produtos e na prestação dos serviços;

c) Impedimento de licitar e contratar com a administração municipal de até dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e após de decorrido o prazo de sanção aplicada com base no subitem anterior.

15.2 – Qualquer penalidade aplicada será precedida da observância do contraditório e da ampla defesa.

16. DAS CONDIÇÕES GERAIS

16.1 – Serão credenciadas as empresas interessadas, que cumprirem, além dos requisitos acima elencados, os abaixo relacionados.

- Ser instituição privada ou entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, conforme previsão na Portaria Nº 1.034 de 05 de Maio de 2010. As entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos, deixarão de ter preferência na contratação com o SUS, e concorrerão em igualdade de condições com as entidades privadas lucrativas, no respectivo processo de licitação, caso não cumpram os requisitos fixados na legislação vigente. As entidades filantrópicas e sem fins lucrativos deverão satisfazer, para a celebração de instrumento com a esfera de governo interessada, os requisitos básicos contidos na Lei nº 8.666, de 1993, e no art. 3º da Lei nº 12.101, independentemente das condições técnicas, operacionais e outros requisitos ou exigências fixadas pelos gestores do SUS. Após ter sido dada a devida preferência às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, e ainda persistindo a necessidade de complementação da rede pública de saúde, será permitido ao ente público recorrer à iniciativa privada, observado o disposto na Lei nº 8.666, de 1993;
- Que estabelecer o preço na tabela SUS/SIGTAP;

16.1.1. Todavia, **APENAS**, UMA será contratada, de acordo com os critérios de escolha abaixo relacionados, haja vista dispormos de um ÚNICO imóvel para implantar o serviço.

- Àquela que apresentar documento comprobatório com maior capacidade na realização de exames e procedimentos, bem como apresentar o maior número de profissionais médicos cadastrados à especialidade necessária;
- Aquela que oferecer maior número de atendimentos por semana.
- Àquela que comprovar estar prestando serviços num maior número de Municípios;
- Àquela que estiver sediada mais próxima da sede desta Secretaria;

16.1.2. Assim, **ÀQUELA** que preencher os critérios supra, firmará contrato com a Administração e ocupará o imóvel descrito no item 5.27, aplicando as regras de desempate fixadas no respectivo item e seus subitens, caso ocorra, bem como, a divisão do teto financeiro disponibilizado para o referido Chamamento.

16.2. Sem prejuízo das sanções estabelecidas neste Termo de Referência, a Administração a qualquer tempo poderá rescindir o contrato por decisão fundamentada, quando da ocorrência de fato superveniente ou circunstância desabonadora da credenciada.

16.3. A Secretaria Municipal de Saúde poderá, a seu critério, criar, modificar, suspender, anular ou extinguir quaisquer tipos de procedimentos objeto deste edital, sem que disto decorra qualquer direito aos participantes, observado o disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei nº 8.666/93.

16.4. As omissões deste Termo de Referência serão supridas pelo instrumento contratual, Leis Federais nº 8.080/90 e 8.666/93, e suas alterações, Manual de Orientações para Contratação de Serviços no SUS, com as demais normas do Sistema Único de Saúde, princípios norteadores da Administração Pública e pelos princípios de Direito Público.

São Pedro da Aldeia, 10 de janeiro de 2023.

Elaborado pela COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO, composta por:



PMSPA / SESAU
PROC. Nº 6628/22
FAG 238
Rub 01CS

MARCELO ALMEIDA FONSECA

Secretário Adjunto de Média e Alta Complexidade

Matr. 38.271

MARIÂNGELA PEIXOTO PEDROSO BORGES

Coordenadora da Regulação

Matr. 38.270

JAQUELINE PEREIRA TINOCO

Coordenadora de Atenção Primária

Matr. 7469

HILDA DA CRUZ BARBOSA

Assessora IV

Matr. 38.635

Aprovado Por:

Maria ^{mlfontes} Marcia Sampaio Fontes

Secretária Municipal de Saúde

Matr. 37.877



ANEXO I

ESTIMATIVA MENSAL									
Detalhamento do procedimento	Quantidade Mensal de Atendimentos								
	1º Mês			2º Mês			do 3º ao 12º Mês		
	Consulta médica	USG Doppler	Tratamento Esclerosante	Consulta médica	USG Doppler	Tratamento Esclerosante	Consulta médica	USG Doppler	Tratamento Esclerosante
Consulta Clínica (1º atendimento)	500	X	X	500	X	X	500	X	X
Procedimento com finalidade diagnóstica	X	X	X	X	250	X	X	250	X
Consulta Clínica (1º retorno) – à partir do resultado da Ultrassonografi a	X	X	X	250	X	X	250	X	X
Procedimento Clínico	X	X	X	X	X	200	X	X	200
Consulta Clínica (2º retorno) – pós procedimento	X	X	X	X	X	X	250	X	X
SUB TOTAL	500	X	X	750	250	200	1000	250	200
Total de Procedimentos (12 meses)	11.250	2.750	2.200						



ANEXO II

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS (1º MÊS)					
Itens	Procedimento	Quantidade estimada mensal	Código SUS	Cotação Valor TABELA SUS para cada procedimento	Valor mensal para cada procedimento
1	Consulta Médica em Atenção Especializada	500	03.01.01.007-2	R\$ 10,00	R\$ 5.000,00
2	Ultrassonografia Doppler Colorido de Vasos	X	02.05.01.004-0	R\$ 39,60	X
3	Tratamento esclerosante não Estético de Varizes dos Membros Inferiores (Unilateral)	X	03.09.07.001-5	R\$ 300,78	X
	SUB-TOTAL				R\$ 5.000,00
COMPOSIÇÃO DE CUSTOS (2º MÊS)					
Itens	Procedimento	Quantidade estimada mensal	Código SUS	Cotação Valor TABELA SUS para cada procedimento	Valor mensal para cada procedimento
1	Consulta Médica em Atenção Especializada	750	03.01.01.007-2	R\$ 10,00	R\$ 7.500,00
2	Ultrassonografia Doppler Colorido de Vasos	250	02.05.01.004-0	R\$ 39,60	R\$ 9.900,00
3	Tratamento esclerosante não Estético de Varizes dos Membros Inferiores (Unilateral)	200	03.09.07.001-5	R\$ 300,78	R\$ 60.156,00
	SUBTOTAL				R\$ 77.556,00
COMPOSIÇÃO DE CUSTOS (3º MÊS AO 12º MÊS)					
Itens	Procedimento	Quantidade estimada mensal	Código SUS	Cotação Valor TABELA SUS para cada procedimento	Valor mensal para cada procedimento
1	Consulta Médica em Atenção Especializada	1000	03.01.01.007-2	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00
2	Ultrassonografia Doppler Colorido de Vasos	250	02.05.01.004-0	R\$ 39,60	R\$ 9.900,00
3	Tratamento esclerosante não Estético de Varizes dos Membros Inferiores (Unilateral)	200	03.09.07.001-5	R\$ 300,78	R\$ 60.156,00
	SUB TOTAL				R\$ 80.056,00*
	TOTAL (12 MESES)				R\$ 883.116,00

* R\$ 80.056,00 x 10 meses = R\$ 800.560,00 + R\$ 7.556,00 + R\$ 5.000,00 = R\$ 883.116,00